

## CATÁSTROFE SEM PEDAGOGIA

Publicado na revista *Visão*, n.º 629, 24 de Março de 2005

HÁ MAIS de uma década que tenho vindo a colocar à prova o conceito de *pedagogia da catástrofe*. Trata-se de uma expressão que pretende ajudar a compreender a capacidade de adaptação das sociedades humanas, naturalmente munidas de uma racionalidade limitada e condicionada, face a novos desafios.

Tomemos um exemplo. A maioria das políticas públicas no domínio extremamente complexo do ambiente nasceu da assimilação de lições aprendidas, com enormes custos em sofrimento humano. Sem a tragédia de Minamata, que ceifou a vida de centenas de inocentes por contaminação com mercúrio, não compreenderíamos os motivos que levaram o Japão a ser um dos países pioneiros da modernização ambiental. Sem os acidentes de Three Mile Island ou de Chernobyl não perceberíamos o extraordinário incremento da segurança na operação das centrais nucleares, e a quase estagnação na encomenda de novos reactores, apesar da endémica crise energética em que estamos mergulhados.

Apesar da nossa capacidade mental ser muito inferior ao que seria necessário para habitar este vasto e complicado mundo, com a relativa segurança que a nossa mortal condição permitiria, a verdade é que fomos criando, enquanto comunidades humanas, mecanismos de memória e instituições que a preservam operacionalmente, de forma a não sermos, repetidamente, vítimas dos mesmos erros.

ESTA MINHA tese enfrenta, contudo, uma resistência considerável, quando se trata de aplicá-la ao nosso país. Aqui as coisas parecem acontecer como se nem o sangue tivesse densidade suficiente para deixar memória útil para o futuro. Ou, como dizia José Gil, com triste felicidade, acerca da alma lusitana: as coisas por cá acontecem sem deixar “inscrição”.

O país está a ser assolado por uma seca persistente e destrutiva. Muito lentamente começam a ser tomadas algumas medidas. Tardiamente, Atrapalhadamente. Será que só agora é que nos demos conta do que está a acontecer?

Pelo contrário. Se há uma área científica onde Portugal tem trabalho e especialistas de valia internacional é nos domínios interdisciplinares dos usos do solo, dos recursos hídricos, da meteorologia, e das alterações climáticas. Sabemos desde há muito que o território continental português, apesar da relativa disponibilidade hídrica por habitante (quase o dobro da média europeia), apresenta uma clara assimetria, que Orlando Ribeiro bem delineou na sua interpretação da geografia de Portugal, dominada pelo dualismo do Atlântico e do Mediterrâneo. Conhecemos também que nas últimas décadas a tendência para secas severas se tem acentuado. Não ignoramos que a acção humana tem intensificado essa tendência, e que para mais de um terço do nosso rectângulo europeu a seca limita-se a ser uma etapa num processo

preocupante de desertificação. Mais ainda: Portugal é um dos poucos países do mundo que possui um projecto científico, cujo mérito pertence por inteiro à teimosa generosidade dos seus autores, que permite ver mais ao longe as eventuais consequências do ciclo global de alterações climáticas em que estamos mergulhados.

ALÉM DE estudos científicos, Portugal tem também instrumentos de intervenção, com base rigorosa e fundamentada. Desde 1999 que possuímos um Programa de Acção Nacional contra o processo de desertificação. Contamos desde 2001 com um excelente Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, integrando 87 medidas que se destinam a toda a população portuguesa, e a todos os usos da água (urbano, agrícola e industrial). Estamos dotados desde 2002 com uma visão integrada para a política da água, no âmbito do Plano Nacional da Água. Para breve teremos uma nova Lei-Quadro da Água, onde se integrarão as sábias recomendações da Directiva-Quadro de 2000. Paraphrasing freely Almada Negreiros: já todas as palavras foram ditas para minimizar os efeitos da seca, só falta fazê-lo!

A dura realidade, todavia, é dominada por um triângulo perverso que combina a irresponsabilidade dos dirigentes políticos, a fragilidade da administração, e a mesquinha visão dos interesses particulares instalados: Esse é o obstáculo que impede Portugal de responder aos desafios da seca com a inteligência e a eficácia dum país moderno. Culturas agrícolas e formas de irrigação inadequadas salinizam os recursos hídricos e degradam o solo. Por negligência continuamos a perder quase metade da água para consumo humano na rede de distribuição, assim como na actividade agrícola. Empresas industriais esgotam ou contaminam, sem quaisquer custos, os aquíferos. Permitem-se empreendimentos turísticos e urbanos nos lugares errados, lesando a capacidade produtiva dos ecossistemas.

Se este padrão se mantiver esta seca passará como mais uma catástrofe vazia, sem deixar ensinamento ou memória. Mas, o perigo, esse, sabemos que continuará a crescer.

Viriato Soromenho-Marques<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Universidade de Lisboa e membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável